

RESUMO/ ABSTRACT

O ENSINO DA HISTÓRIA AFRICANA: METODOLOGIAS E MITOS – O ESTUDO DE CASO DA RAINHA NZINGA MBANDI

Este artigo é uma tentativa de apresentar o percurso bibliográfico das muitas interpretações sobre a figura da rainha Nzinga, desde as primeiras imagens descritas na sua época até hoje. A intenção é captar os momentos das múltiplas representações, tanto nas formas especulativas como uma figura diabólica, ou nas intenções dos usos da figura da rainha mbundu enquanto reforço das construções de identidades.

Palavras-chave: história africana; Nzinga Mbandi; metodologias; mito.

TEACHING OF AFRICAN HISTORY: METHODOLOGIES AND MYTHS – THE CASE STUDY OF QUEEN NZINGA MBANDI

This article is an attempt to present the bibliographical passage of many interpretations about the figure of the queen Nzinga, since the first described images at her time until today. The objective is to catch the moments of the multiple representations, as much in the speculative forms as a devilish figure, or in the intentions of the uses of the figure of the queen mbundu while reinforcement of the constructions of identities.

Keywords: African history; Nzinga Mbandi; methodologies; mythe.

O ENSINO DA HISTÓRIA AFRICANA: METODOLOGIAS E MITOS: O ESTUDO DE CASO DA RAINHA NZINGA MBANDI¹

Selma Pantoja

Professora Doutora do Departamento de História
Universidade de Brasília-UnB, Brasília-DF
selmaunb@gmail.com

1 - Introdução

Do século XVII os escritos das autoridades militares portuguesas nos legaram a imagem da rainha² opositora, a grande inimiga a ser vencida. Nos textos dos séculos seguintes continuou a soberana mbundu a ser apresentada num misto de medo e admiração, rejeição e celebração. Hoje,

¹ O nome dessa rainha pode ser encontrado com a grafia de Ginga, Jinga (formas aportuguesadas) e Njinga. Aqui a autora preferiu a grafia com *nz*, considerada por alguns atuais estudiosos angolanos como o som mais próximo em língua kimbundo. Na publicação *Histórico sobre a Criação dos Alfabetos em Línguas Nacionais* (1980, p. 66), como regra ortográfica do Instituto de Línguas Nacionais em Luanda, aparece como sequência nasal da língua kimbundu o som *nz/nj*. Para o historiador Thornton (1991, p. 25, nota 2), a opção por escrever o nome com *nj* se justifica pelo documento do Instituto de Línguas Angolanas e por preferir seguir as formas escritas de antigos conhecedores do kimbundu. Por outro lado, assinalo que não se trata de uma simples questão de grafia, de conhecedores da língua kimbundu. Bem mais do que preferências e conhecimentos, as formas de grafar o nome da soberana do Ndongo dizem muito das tendências historiográficas e políticas hoje em Angola. Essa questão é um divisor de águas para os historiadores nacionais, sobre como elaborar uma História Geral de Angola. Envolve uma disputa ideológica de como escrever a história da pátria (III Encontro Internacional de História de Angola, 25-28/09/2007, Luanda).

² A representação de Nzinga Mbandi tem sido feita predominantemente como uma rainha, com gravuras onde ostenta uma coroa, embora se saiba que são representações posteriores, na figura mais conhecida é imagem criada no século XIX, na Europa. A coroa tem o significado de reconhecimento de sua soberania, não no sentido que esta última palavra guarda na nascente época moderna europeia, mas no específico caso da história dos povos africanos dessa da região.

na República de Angola, Nzinga ocupa o lugar de heroína. Na sua trajetória de vida, ela foi figura de grande destaque nos conturbados contextos políticos e ideológicos da região, atuou diretamente nos maiores momentos de confronto militar e de negociação. Rainha, guerreira e habilidosa estrategista, ela assumiu o título Ngola. Foi expulsa pelos portugueses do seu reino e tempo depois conquistou outra região, a Matamba, onde governou até sua morte natural, aos 82 anos. A trajetória de Nzinga, marcada por muitas ambiguidades, favoreceu a representação de uma figura de mulher feroz inimiga dos europeus; ou então, a sua conversão à fé cristã foi vista como a prova de uma harmoniosa relação com as autoridades portuguesas. Outro ponto enfatizado nas abordagens sobre a vida desta rainha, ao lado do aspecto guerreiro, mágico e cruel, é sempre o “escandaloso” comportamento sexual de Nzinga.

Para as mais recentes interpretações se tem buscado, no lado rebelde da soberana mbundu, reforçar a argumentação da “resistência” africana aos conquistadores europeus. Esta última reconstrução de trajetória tem se renovado sempre nos escritos sobre Nzinga³. Seja como for, a biografia da rainha mbundu tem sido fonte inesgotável que abastece e respalda uma série de projetos identitários, no continente africano e nas Américas.

A presença forte da rainha Nzinga, atravessou o Atlântico e aparece no imaginário dos contos populares brasileiros, nos quilombos e nas batalhas com o rei do Kongo. Sua descendência ideológica desse lado do Atlântico manteve acesa a imagem da soberana mbundu (LIENHARD, 2000). Nas narrativas entre Áfricas e Brasis, a história de Nzinga apresenta ótimos elementos para compreensão e informação do universo dos povos americanos e africanos.

Este texto é uma tentativa de apresentar o percurso bibliográfico das muitas interpretações sobre a figura da rainha Nzinga, desde as primeiras imagens descritas na sua época até hoje. A intenção maior é captar os momentos das múltiplas representações, tanto nas formas especulativas como figura diabólica, ou nas intenções dos usos da figura da rainha mbundu enquanto reforço das construções de identidades. Trazer a rainha para o convívio da historicidade é um desafio que vai além de uma simples interpretação no mar das existentes reproduções da figura de Nzinga Mbandi. Poucos historiadores têm tentado uma crítica mais profunda da biografia dela⁴, ponderando entre a releitura das fontes

³ Embora Thornton (1975, p. 201) cite obras das décadas de 1960-70 com este tipo de abordagem, pode-se exemplificar até hoje essa permanência no enquadramento da figura histórica de Nzinga. São exemplos dos mais recentes, dentre os estudos encontrados em língua portuguesa: Glasgow, 1982; Serrano, 1995-96; Pavão, 2007.

⁴ Miller, Thornton, Parreira, Heintze são trabalhos que abordam o Ndongo, porém nenhum deles estudou especificamente a trajetória de Nzinga. Os dois primeiros autores dedicaram um artigo a questão posse/usurpação do poder por Nzinga (1975 e 1991).

primárias e as demais especulações criadas pela historiografia colonialista e banalizadas em período chamado pós-colonial. A copiosa escrita seiscentista e mesmo a bibliografia colonialista, dos séculos XIX-XX, têm levado a melhor na perpetuação de representações de mulher diabólica, mágica e cruel. Abordar um mito é correr o risco de resvalar para uma de suas polaridades. A explicação do mito apresenta uma determinada ordem histórica que adquire um valor operativo perante o contexto do presente (MACGAFFEY, 2003, p. 24). Pode ser inconsciente na sua narração, mas isto não é exclusivo do mito. Enquanto uma disciplina acadêmica, a História constrói seus mitos, as narrativas da tradição oral criam outros e ambas intentam recriar o passado na busca de explicar o presente (SHOKPEKA, 2005, p. 491). A História depende de evidências, que são as fontes disponíveis que informam sobre o período, ainda longe de serem muitas e qualitativas os testemunhos dessa época são lacunares que em tudo dificultam a construção de trajetórias pessoais no continente africano. As fontes, entendidas aqui como texto escrito, oral, vestígios arqueológicos⁵ e evidências linguísticas, que têm fomentado as reconstruções históricas sobre a rainha mbundu são os escritos de época e as tradições orais recolhidas nos seiscentos. Os elementos usados para as construções das narrativas sobre Nzinga devem ser lidos na “contramaré” (VANSINA, 2004, p.12), ou na linguagem de Ginzburg, a “contrapelo” (2007, p. 11). As descrições etnográficas disponíveis para o século XVII são relativamente abundantes, porém escassas no conteúdo (HEINTZE, 2000, p. 120).

A época da vida da rainha Nzinga foi extremamente conturbada, marcou o início do comércio afro-atlântico, na região da África Central Ocidental. O percurso, da rainha estrategista no mundo atlântico, não é menos conturbado, com atuação ambígua e difusa. A sua luta por manutenção da autonomia de seu reino e por posições melhores nas redes mercantis locais, foram obstáculos sérios as políticas portuguesas nesta região. A personagem da rainha foi descrita em período de aberto conflito, durante o qual os interesses europeus estavam em luta entre eles e contra os povos da região. O protagonismo dessa figura feminina serve para enquadrar melhor as relações entre os dois universos, africano e europeu. Mas antes de fazê-lo, é preciso atentar para as consequências de sermos obrigados a olhar pelos olhos dos inimigos de Nzinga, assim como da necessidade do uso de pequenos filtros para detectar as intenções de tais textos.

⁵ Reproduzo aqui o comentário do antropólogo angolano Coelho (2000, nota 2), que apesar ter sido escrito há nove anos, ainda vale no que concerne a problema sobre as fontes angolanas: “...a arqueologia não teve e não tem, nem teve nunca, qualquer expressão em angola, seja durante a fase histórica do colonialismo português, seja durante os últimos vinte e três anos do período pós-independência: não se formaram quadros superiores especializados nessa disciplina nem, muito menos, foram promovidas de modo sistemático campanhas de escavação arqueológica”.

Apesar de serem testemunhos escritos, muitos deles se baseavam numa *collage* de vários depoimentos orais de militares, mercadores e religiosos. Os relatos são na verdade cópias de outras fontes, geralmente não referidas, embora misturadas, com testemunhos oculares. Trata-se, por conseguinte, de um *mix* de literatura cujos produtos, verdadeiras *potpourris* de dados deslocados de lugar e no tempo, serviram principalmente aos autores para agradar à destinatários e comitentes, regra geral membros da Corte ou da Igreja. Apesar de ser possível, em alguns casos, em primeira instância separar alguns textos com maior abrangência de informações, como foi feito por Thornton (1991) com as obras de Antonio Gaeta e Cavazzi. No final são testemunhos produzidos por estrangeiros e invariavelmente do sexo masculino com interesses institucionais e particulares nos assuntos descritos. Tais textos obrigam-nos a pisar um terreno à priori minado e estamos, portanto, sempre a estudar *relações* de poder e de gênero em cada frase lida (HAVIK, 2001, p. 14).

A historiografia africana tem desenvolvido uma pequena, porém ativa, produção sobre a atuação das mulheres na história do continente. Apesar dos grandes avanços hoje da historiografia sobre a história das mulheres, infelizmente o lugar da mulher na economia do período escravista, por exemplo, como investidora, consumidora e, sobretudo como transmissora de processos sócio-ideológicos, tem tido uma tendência a ser ignorada pelos historiadores e estudiosos em geral. Existe uma grande dificuldade em desvelar trajetórias de mulheres, em todas as regiões, e não só nas regiões africanas. Em geral, a documentação de caráter mais oficial da época nada diz sobre essas personagens, a marca maior tem sido o silêncio. Um testemunho direto se torna mais raro ainda. De modo completamente diferente, apresenta-se o caso da trajetória da Nzinga Mbandi: há uma abundância de testemunhos escritos essencialmente na época ou em décadas seguintes. Daí a importância e os cuidados com as fontes.

Nesse sentido, estudo Nzinga, numa sucinta interpretação da sua trajetória perante as atuais posições de alguns estudiosos. Problematizo as fases mais polêmicas de reflexão historiográfica das muitas construções da figura de Nzinga Mbandi. Nesta reflexão, destaco a seguir alguns escritos sobre a rainha Nzinga Mbandi, de forma cronológica, sem nenhuma intenção de listar exaustivamente tudo que foi escrito sobre ela.

2 - As várias Nzingas: prisioneiras da escrita dos europeus

Dois registros do século XVII vincaram as primeiras imagens escritas da rainha Nzinga como “canibal, ardilosa e astuta”, o livro do soldado português Cadornega⁶ e o do padre capuchinho italiano, Cavazzi. Este último viveu na corte da rainha em Matamba, em fase tardia da vida de Nzinga. O

⁶ A obra é repleta de referências a Nzinga. Ver, por exemplo, Cadornega, 1940, v. III, p. 410.

texto de Cavazzi, em suas diferentes versões, tem sido analisado como informações de primeira mão sobre a rainha mbundu. Em suas páginas, Cavazzi apresenta uma narrativa com raízes profundas na linguagem dos homens renascentistas na Europa. O olhar religioso e a construção de textos numa espécie de amálgama de informações acabaram por apresentar uma imagem da rainha que deve ser lida com muito cuidado e atentando aos novos trabalhos que têm revisado a história angolana dessa época. Na obra de Cavazzi, os cuidados devem ser tomados com os relatos de fatos acontecidos décadas antes. As grandes coletas das tradições orais encontradas na obra de Cavazzi também trazem o inconveniente de censuras que recortam as narrativas. Atualmente a obra do soldado português Cadornega foi objeto de análise crítica, considerada em seu contexto de produção, como resultante de momentos de grandes tensões e guerras contra o povo mbundu (HEINTZE, 1995; 2007, p. 133-61)⁷. O texto de Cadornega possui informações duvidosas nos mais importantes aspectos do percurso de Nzinga. O testemunho de Antonio Gaeta, que também partilhou do convívio de Nzinga, na fase final de sua vida na Matamba, descreve em detalhe o cotidiano e o funeral da rainha. Outros escritos de época devem ser cotejados, como da administração portuguesa em Luanda, de missionários de ordens diferentes, relatos de viagens, garantindo assim olhares contraditórios sobre os acontecimentos⁸. Hoje em dia não cabe somente ficar com as informações de Cadornega e Cavazzi para conhecer a trajetória da rainha Nzinga. A sugestão seria (VANSINA, 2004, p. 6-7) de considerar com maior profundidade as tradições mbundu, não só as colhidas no século XVII, mas este caminho ainda está no começo para a região de Angola. Longe de argumentar em favor de impossibilidades, apenas enfatizo o quanto estamos perante um terreno perigoso. Muito mais do que cobrir lacunas, o maior esforço é procurar frestas para se aproximar da rainha mbundu.

No século seguinte, são poucas as obras conhecidas sobre Nzinga, foram textos produzidos na própria Europa. Cito apenas dois exemplos. Um pequeno folheto, datado de 1749, escrito em Lisboa, assinado por Domingos Gonçalves, descreve a saga da rainha *Ginga Amena*, com base nos relatos de Cavazzi. O autor explica, com grandes confusões dos fatos e misturando datas e nomes, como Dona Ana, Ginga, foi mulher de “extravagante gênio”. O autor setecentista, como muitos, ainda hoje, baseado nas obras de Cavazzi e Cadornega cria sua rainha Ginga no limiar do humano e animal.

⁷ Publicação feita pela primeira vez em português em 1995, Calipole, 3 e 4, 1995-96, e em alemão, Paudeuma, 47, 1996, p. 85-104.

⁸ Dos documentos publicados (BRÁSIO, 1952-87, v. I-VI; VII-XII; XIII. Heintze, 1985) ou manuscritos (encontráveis nos Arquivo Histórico Ultramarino; Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Arquivo Histórico de Angola; Arquivo do Vaticano) pela sua escassez quantitativa ou/e qualitativa das informações ainda assim restam abundantes lacunas (HEINTEZE, 2000, p. 120).

Apresentada em 1769, num formato de um livro, *Zingha, Reine d'Angola* enquadra-se numa visão romântica de uma rainha entre o crime e a virtude, “meio selvagem, meio política”⁹, na obra de Castilhon (Introdução, 1993). No século seguinte, em 1835, destaco um texto escrito por uma mulher da nobreza francesa, a duquesa D'Abbrantès, intitulado *Zingha Reine de Matamba et d'Angola*. Com base nas obras de Cavazzi, de Labat e de Gaeta, cria uma rainha “que foi uma mulher avançada no seu tempo”, apesar de temível, por ter recebido de seu pai uma educação de “ferocidade tigresa” (p. 2 e 9).

Na fase de uma nova escrita para demarcar o inventário das diferenças, de classificar os africanos, com novos vocabulários, mas na busca de justificar sua existência para a obrigação ao trabalho, surge o *indígena*. A categoria do indígena, não mais escravo, entra para as narrativas assentes nos saberes da época (HENRIQUES, 2004b, p. 288). Na escrita da historiografia colonialista, representada aqui em *A História de Angola* publicada na década de 1940, a figura da rainha Nzinga foi enquadrada como a “negra selvagem”, porém de “inteligência invulgar” com “mentalidade fulgurante, de verdadeira e genial revelação de superioridade intelectual indígena” (DELGADO, s/d, v. 2, p. 72). Para o autor, o irmão Ngola Mbandi mostrou fragilidade, por “ter permitido”, perante as forças portuguesas, o desprestígio do Ndongo, enquanto que a *Jinga Mbandi*, conhecedora da mentalidade portuguesa, reafirmou e impôs sua força ao desempenhar o papel de embaixadora do Ngola (Idem, p. 73).

A década de 1960, no ambiente das chamadas independências africanas, reintroduziu-se a presença da África nos meios acadêmicos europeus e trouxe a figura de Nzinga para um artigo em revista especializada de língua francesa. Com este perfil, o texto de Soromenho, de 1962, delineou a heroica figura da rainha para os tempos rebeldes. Mas, seria em 1965, no calor da luta pela independência, que foi produzida uma *História de Angola* e nela a rainha *Jinga* se distingue pela sua luta contra os portugueses e por sua capacidade de negociar um acordo. É justificado que a Nzinga mate seu irmão pela incapacidade deste em se disciplinar na guerra que deveria travar contra os portugueses. A grande *Jinga*, chefe da coligação do povo contra o invasor português, emerge no cenário de uma luta revolucionária (1965, p. 67-8).

A década de 1970 foi promissora no retorno da figura de Nzinga nas obras dos historiadores¹⁰ e escritores. Depois de construída a nação, o escritor angolano (PACAVIRA, 1979) traça o perfil de Nzinga, de um ângulo literário. A rainha interpretada agora como parte de um grande painel da história nacional. Nzinga entra para a história da pátria.

⁹ Obra escrita por J.-L. Castilhon na França, a edição usada neste texto é de 1993.

¹⁰ Reconhecidos historiadores americanos e europeus escreveram obras sobre a região e deram destaques às ações da rainha mbundu. Wheler e Pelissier; Davidson, por exemplo. Ver Miller, 1975, p. 201, nota 2.

Em 1975, um historiador americano, Miller, constrói uma nova perspectiva das interpretações da rainha, em tom de revisão toca nos pontos mais polêmicos da história de Nzinga. Miller polemiza a questão da posse/ usurpação do título Ngola pela rainha Nzinga. Para o autor, seria impossível a posse legal de Nzinga, já que entre os mbundu não era prática o acesso ao título maior por uma figura feminina. Em diálogo com esse argumento do Miller, outro historiador americano (THORNTON, 1991, p. 27), acaba por reforçar a ideia de que os mbundu possuíam “um forte sentimento contra as mulheres assumirem algum título político e explicitamente proibiam qualquer mulher de assumirem a posição de Ngola”¹¹. Acrescenta aos argumentos de Miller, a situação de Nzinga como “capitã de escravos”¹², e seu poderoso exército. Segundo Thornton, para reforçar em sua luta, Nzinga teria mudado de gênero para ganhar legitimidade no título de Ngola. As posições de ambos os historiadores, entretanto, carecem de uma análise mais aproximada da temática que envolva as relações de gênero. Na mesma década, a historiadora Heintze coloca a questão em outro patamar, ao perguntar, como essa argumentação completamente favorável aos portugueses, de impossibilidade de Nzinga de chegar ao título de Ngola por conta do seu sexo, veio parar nas fontes? Pretendo chamar atenção para a questão da concepção de sexo/sexualidade que poderia ou deveria ser diferentes entre os mbundu. Em outras palavras, questiono como a categoria gênero poderia e deveria ser entendida de maneira diferenciada dentre esses povos. Retorno ao argumento dos próprios autores nas suas afirmativas, de que se os títulos não eram pessoas, mas sim lugares pré-fixados, o sexo dos ocupantes não era impeditivo nas relações de parentescos das “famílias titulares”. Como então o gênero, sexo de uma pessoa poderia ser impeditivo neste caso entre os mbundu? A contra argumentação seria de não ser conhecido exemplo de figuras femininas ocuparem altos cargos/títulos entre os mbundus. Em 1995, uma historiadora americana aborda a trajetória de Nzinga do prisma das relações de gênero. Skidmore-Hess apresenta a rainha mbundu nos ganhos e perdas, diante dos confrontos com os portugueses e com os opositores internos. Nzinga teria incorporado várias identidades de gênero na sua imagem pública. Ao todo a autora contabiliza três fases do governo de Nzinga. Primeira, corresponde a década de 1620, quando ela é uma representante da realeza mbundu negociando a paz, movendo-se do feminino para área da autoridade masculina. Já no final da década, sua segunda fase corresponde a sua adoção dos rituais dos kilombos, incorporando todas as autoridades da região, tanto feminina como masculina. Finalmente, na década de 1650, Nzinga identifica-se como a mulher cristã no centro do poder do estado. Embora aparentemente muito esquemático, o trabalho de

¹¹ Miller, p. 206, 1975, com apoio em documento de Brásio, MM, VII, 417-20 e 426-9. Thornton, 1991, p. 38, com apoio no manuscrito Araldi.

¹² Faço uso aqui do termo empregado por Vansina, na apresentação do livro de Parreira (1997).

Skidmore-Hess (1995) passa por uma boa atualização da questão, porém não faz uma análise com maior aprofundamento das questões posse/ usurpação.

Uma interpretação da rainha africana, na linha das construções identitárias, aparece na década de 1980, com um historiador americano, na qual o percurso de Nzinga é considerado nada mais do que a continuidade do movimento de resistência que sempre caracterizou as ações dos povos oprimidos. Nesse sentido, a luta de Nzinga é vista pelo autor como o primeiro movimento nacionalista da região, fazendo o elo com o movimento de independência na moderna Angola, o MPLA (GLASGOW, 1982, p. 177-8). Em direção contrária, dois historiadores angolanos, Parreira (1997) e Cruz e Silva (s/d), analisaram a personalidade de Nzinga. O estudo de Cruz e Silva (s/d) enfatiza Nzinga como ser político defensora de seu povo e de seu comércio. O trabalho de Parreira ao abordar o contexto da escravidão da época, traça um perfil da rainha como “capitã do comércio de escravos” e examina as abordagens de Miller e Thornton. Parreira discute as questões de posse/ usurpação do poder por Nzinga, discordando das conclusões dos estudos dos dois colegas americanos, mas não chega a apontar caminhos mais concretos de análise.

Se no meio dos historiadores a questão ainda carece de maior discussão, nas obras literárias a produção de representação de uma rainha, cruel, mágica e libidinosa continua premente. Ainda hoje, em 2008, um romance com o título de *Ginga rainha de Angola*, chega a sua segunda edição em Portugal. Lançado num momento em que os meios editoriais portugueses têm publicado tantas memórias sobre África, este romance sobre Nzinga é também uma narrativa que se enquadra perfeitamente neste perfil de obra nostálgica de uma África mítica.

Hoje a tendência de estudar o percurso da rainha a partir da sua imagem e representação fica cada vez mais recorrente, numa evidência da dificuldade em apreender sua contraditória personalidade histórica.

Considerações finais

O lugar da rainha Nzinga na moderna Angola tem sido de muito destaque. Na região brasileira, de forma mais recente, ela é lembrada na reafirmação de identidades negras em movimentos populares e intelectuais. Contudo, a história da rainha ressurte-se ainda de um estudo que possa juntar as fontes, eclesíásticas, administrativas, militares e da tradição oral de época. Portanto exige um trabalho de muito maior fôlego, que possa ir além das “sugestões” nos muitos aspectos ainda obscuros da história dessa personalidade pluridimensional. Para trabalhar com as várias histórias sobre a rainha Nzinga, é necessário passar por um certo conhecimento do povo mbundu, no século XVII, na região da África Central Ocidental.

Referências bibliográficas

ABRANTÈS, Laure Junot, Duquesa de. *Zingha Reine de Matamba et d'Angola*. 1835. Disponível em: <<http://aflit.arts.uwa.edu.au/FEMECHome.html>>. Acesso em: 10 set. 2010.

AMARAL, Ilídio. *O rio Cuanza (Angola), da Barra a Cambambe: reconstituição de aspectos geográficos e acontecimentos históricos dos séculos XVI e XVII*. Lisboa: IICT, 2000.

BOXER, C. *A mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*. Lisboa: Livros Horizontes. 1977.

CADORNEGA, Antonio Oliveira de. *História geral das Guerras Angolanas, 1680*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1972. 3 tomos.

CASTILHON, J.-L. *Zingha, Reine d'Angola*. Histoire Africaine. Bourges: Ganymede, 1993.

CAVAZZI, de Montecúcculo, João Antonio. *Descrição histórica dos três reinos, do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: JIU, 1965. 2 v.

COELHO, Virgílio. “Em busca de Kábàsà: uma tentativa de explicação da estrutura político-administrativa do “reino de Ndongo”. Atas do Seminário *Encontro de povos e culturas em Angola*. Luanda/Lisboa, CNCDP, 1997, p. 443-77.

_____. “A ‘cidadela real’ de Mbánzà à Ndonòngò: contribuição para o conhecimento da organização administrativa e urbana de uma aglomeração africana ao sul do Equador, em fins do século XVI”. Comunicação apresentada no *IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 1996.

_____. “Algumas implicações sócio-económicas e religiosas numa comunidade Kímbùndù: os Akwándòndò do baixo vale do Kwànzà”. Atas do *III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais* “Dinâmicas multiculturais, novas faces outros olhares”. Lisboa, ICSUL, 1994, p. 467-87.

_____. “A data da fundação do ‘Reino do Ndóngò’”. Atas do *Seminário Internacional sobre Angola. Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação*. Lisboa/Luanda, CNCDP, 2000a, p. 477-544.

_____. “A historiografia sobre o “Reino de Ndòngò” no contexto da História de Angola”. *Stvdia*, 56-57, 2000b, p. 263-78.

CORREIA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa: Editorial Ática, 1937.

DELGADO, Ralph. *História de Angola*. Luanda: Banco de Angola, s/d.

FELNER, Alfredo de Albuquerque. *Angola: apontamentos sobre a ocupação e início do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933.

FREIRE, Maria Isabel Figueira. *Memória da Rainha Jinga, Portugal e Angola no século XVII*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nova de Lisboa, 1995.

GAETA, Antonio da. *La meravigliosa conversione allá Santa Fede di Cristo della Regina Singa e del suo Regno di Matamba nell’Africa meridionale*. Nápoles: Francisco Maria Gioia, 1669.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GLASGOW, Roy. *Nzinga: resistência africana à investida do colonialismo português em Angola, 1582-1663*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

GONÇALVES, Domingos. *Notícia memorável da vida, e ações da rainha Ginga Amena natural do reino de Angola*. Lisboa: Oficina de Domingos Gonçalves, 1749.

HAVIK, Philip. “Matronas e Mandonas: parentesco e poder feminino nos rios de Guiné (século XVIII)”. In: PANTOJA, Selma (org.) *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília: Paralelo 15, 2001.

HISTÓRIA *de Angola*. Porto: Afrontamento, 1965.

HEINTZE, Beatrix. “L’ Arrivée des Portugais a-t-elle sonné le glas du royaume du Ndongo ? La marge de manoeuvre du ngola 1575-1671”. *Stvdia*, nº 56-57, 2000, p. 117-46.

_____. *Angola nos séculos XVI e XVII*. Luanda: Kilombelombe, 2007.

_____. Njinga Mbandi Ana de Sousa. John Middleton. *Encyclopedia of Africa South of the Sahara*. New York, 4 Bde., Bd. 3, S. 328, 1997.

_____. “Antonio de Oliveira de Cadornega e a sua ‘História Geral das Guerras Angolanas’”. *Collipole*, nº 3-4, 1995a, p. 75-86.

_____. *Asilo ameaçado: oportunidades e consequências da fuga de escravos em Angola no século XVII*. Luanda: Ministério da Cultura; Museu Nacional da Escravatura, 1995b.

_____. *Fontes para a história de Angola do século XVII*. Stuttgart: Verlag Wiesbaden GMBH, 1985.

HENRIQUES, Isabel Castro. *Território e identidade*. Lisboa: Centro de Estudos da Universidade de Lisboa, 2004a.

_____. *Os pilares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV-XX*. Lisboa: Caleidoscópio/Centro de História, 2004b.

INSTITUTO Nacional de Línguas. *Histórico sobre a criação dos alfabetos em línguas nacionais*. Luanda: INALD, 1980.

LABAT, Jean-Batiste. *Relation historique de l’Ethiopie Occidentale*. Paris, 1732. 5 v.

LIENHARD, Martin. “A rainha Nzinga de Angola e sua prole americana: dois estudos”. *Anais de História de Além Mar*, nº 1, dez. 2000, p. 245-73.

MACGAFFEY, Wyatt. “Crossing the river: myth and movement in Central Africa”. HEINTZE, B.; OPPEN, A. (orgs.). *Angola on the move; Angola em movimento: transport routes, communications and history; vias de transporte, comunicação e história*. Frankfurt: Lambeck, 2008.

MANUSCRITO Araldi (Cavazzi). Disponível em: <http://centralafricanhistory.blogspot.com/2008_08_01_archive.html>. Acesso em: 10 set. 2010.

MASSIAC, Barthélemy d’Espinhal de. “Relação de uma viagem a Angola (1652)”. *Monumenta Missionária Africana*, nº XI, 1985, p. 249-63.

MILLER, Joseph. “Nzinga of Matamba in a new perspective”. *The Journal of African History*, nº 2, XVI, 1975, p. 201-16.

_____. *Poder político e parentesco: os antigos estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995.

MIRANDA, Manuel Ricardo. *Ginga: rainha de Angola*. 2. ed. Oficina do livro, 2008.

MUSSA, Alberto. *O trono da rainha Jinga*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PACAVIRA, M. P. *Nzinga Mbandi*. Lisboa: Edições 70, 1979.

PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi. Mulher: guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.

PAVÃO, Suzana Rodrigues. “Nzinga uma lenda, uma história: a resistência africana ao colonialismo português”. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante (orgs.). *A mulher em África: vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa, 2007. p. 155-67.

PARREIRA, Adriano. *A máquina de dúvidas: o conceito de negro na literatura de viagens sobre Angola – séculos XV-XVII*. Luanda: Kulonga, 2003.

_____. *Dicionário de bibliografias angolanas: séculos XV-XVII*. Luanda: Kulonga, 2003b.

_____. *Economia e sociedade em Angola: na época da rainha Jinga – século XVII*. Lisboa: Estampa, 1997.

RELATION de la conversion de la reine Jinga, opérée par les soins de Fra Antonio Romano et décrite par Serafino da Cortona, préfet de la mission du Congo. *Archives Congolaises*.

SHOKPEKA, S. A. “Myth in the context of African traditional histories: can it be called ‘applied history’?”. *History in Africa*, nº 32, 2005, p. 485-91.

SILVA, Rosa Cruz e. “Jinga Mbandi e o poder”. *Reflexões*. Área sociocultural ambundu. Luanda: Museu Nacional de Antropologia, s/d.

SÍTIO com reprodução de documentos sobre Nzinga Mbandi. Disponível em: <<http://www.arlindo-correia.com/080208.html>>. Acesso em: 10 set. 2010.

SKIDMORE-HESS, Cathy Jean. *Queen Njinga, 1582-1663: ritual, power and gender in the life of a pre-colonial African ruler (Angola)*. Madison: University of Wisconsin, 1995.

SOROMENHO, Castro. “Portait: Jinga de Ngola et de Matamba”. *Presença Africaine*, nº 42, 3e. trimestre, 1962, p. 47-53.

THORNTON, John K. “Legitimacy and political power: queen Njinga. 1624-1663”. *The Journal of African History*, v. 32, nº 1, 1991, p. 25-40.

VANSINA, Jan. *How societies are born: governance in west central Africa before 1600*. Virginia-USA: University of Virginia Press, 2004.

Recebido em 22 de setembro de 2010

Aprovado em 15 de outubro de 2010